

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Ex-presidente: “Criatividade”

Em reação ao indiciamento pela PF, Bolsonaro parte para o ataque contra Moraes e diz que ministro do Supremo não respeita a lei

» ISABELA STANGA
» VANILSON OLIVEIRA

EVARISTO SA



Bolsonaro disse que a luta dele vai começar quando o inquérito for para a PGR; Braga Netto (C) reclama de vazamento das informações

O ex-presidente Jair Bolsonaro usou as redes sociais para se manifestar sobre seu indiciamento pela Polícia Federal. O alvo do ex-chefe do Executivo foi o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

“O ministro Alexandre de Moraes conduz todo o inquérito, ajusta depoimentos, prende sem denúncia, faz pesca probatória e tem uma assessoria bastante criativa. Faz tudo o que não diz a lei”, acusou.

Ele disse ainda que vai esperar a análise do indiciamento por parte de seu advogado. “Isso, obviamente, vai para a Procuradoria-Geral da República. É na PGR que começa a luta. Não posso esperar nada de uma equipe que usa a criatividade para me denunciar”, acrescentou.

Bolsonaro fala em “criatividade” como referência a uma mensagem do juiz instrutor do gabinete de Moraes, Airton Vieira, para o chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Eduardo Tagliaferro.

O caso foi publicado em agosto deste ano pela *Folha de S. Paulo*. O jornal mostrou mensagens da equipe de Moraes sobre investigações avaliadas pelo ministro. Ao responder a Tagliaferro sobre a dificuldade de formalizar uma denúncia contra a Revista Oeste, Vieira escreveu: “Usa a sua criatividade rsrsrs”.

Já a defesa do general Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e vice na chapa de Bolsonaro derrotada em 2022, se pronunciou por meio de nota. Disse que “repudia veementemente, e desde logo, a indevida difusão de informações relativas a inquéritos, concedidas ‘em primeira mão’ a determinados veículos de imprensa em detrimento do devido acesso às partes diretamente envolvidas e interessadas”.

Ainda conforme o comunicado, “a defesa aguardará o recebimento oficial dos elementos informativos para adotar um posicionamento formal e fundamentado”.

A defesa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres afirmou que somente vai se posicionar



A Defesa técnica do general Walter Souza Braga Netto destaca e repudia veementemente, e desde logo, a indevida difusão de informações relativas a inquéritos, concedidas “em primeira mão” a determinados veículos de imprensa em detrimento do devido acesso às partes diretamente envolvidas e interessadas”

Trecho da nota do ex-ministro da Defesa

“Há uma narrativa disseminada contra o presidente Jair Bolsonaro e que carece de provas. É preciso ser muito responsável sobre acusações graves como essa. O presidente respeitou o resultado da eleição, e a posse aconteceu em plena normalidade e respeito à democracia”

Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo

após ter acesso ao relatório de indiciamento.

O advogado do ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramage informou que iria se manifestar posteriormente. Procurados, Mauro Cid e Valdemar Costa Neto optaram por não se manifestar. Demóstenes Torres, que defende o almirante Almir Garnier, reiterou a inocência do investigado e disse que não obteve acesso à íntegra dos autos.

Outros indiciados e citados não haviam sido localizados até o fechamento desta edição.

Aliado de Bolsonaro, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), saiu em apoio ao ex-presidente, argumentando que ele teria respeitado o resultado das urnas. O gestor paulista ainda defendeu que a investigação mostre “a verdade dos fatos”. As declarações foram feitas por meio da rede social X.

“Há uma narrativa disseminada contra o presidente Jair

Bolsonaro e que carece de provas. É preciso ser muito responsável sobre acusações graves como essa. O presidente respeitou o resultado da eleição, e a posse aconteceu em plena normalidade e respeito à democracia”, argumentou. “Que a investigação em andamento seja realizada de modo a trazer à tona a verdade dos fatos”, acrescentou.

Tarcísio é considerado o favorito para suceder Bolsonaro em uma eventual candidatura de direita à Presidência da República. Contudo, tem dito a aliados que prefere concorrer à reeleição em São Paulo, um pleito mais simples para ele.

Com frequência, Tarcísio é cobrado a fazer acenos e defesas mais enfáticas a Bolsonaro, seu padrinho político. Ele foi ministro da Infraestrutura do governo do ex-presidente e não deixa de comparecer a eventos, quando convocado pelo ex-chefe. (Com Agência Estado)

Expectativa de mudanças nas Forças Armadas

» RENATA GIRALDI

A descoberta do plano de golpe de Estado, incluindo os assassinatos do presidente da República, do vice-presidente e de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), não surpreende especialistas. O professor e advogado Rodrigo Lentz, do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), e pesquisador do Instituto Tricontinental com foco na área militar, relembra que, logo após a Segunda Guerra Mundial, as Forças Armadas da Alemanha extinguíram as forças especiais que mantinham conexões com o nazismo. O Brasil, diferentemente, não promoveu mudanças nas Forças Armadas, quando acabou a ditadura e se instaurou o regime democrático.

“Infelizmente, não estou chocado com todas essas informações. Embora os detalhes me causem perplexidade, o que aconteceu foi o óbvio. O Brasil escolheu a impunidade, inclusive, há um certo culto entre as instituições militares ao que ocorreu em 1964. Para muitos, houve ali uma ‘revolução democrática’, ressaltou o professor. “As Forças Armadas têm algo de resistência e estrutural. O que surpreende é que, pela primeira vez, civis, no caso, policiais federais, prenderam militares de alta patente. Isso difere do que ocorreu ao longo da história do Brasil.”

Para Lentz, as mudanças nas Forças Armadas virão porque

atingiram o Judiciário, mais precisamente o STF, com ameaça de morte a um ministro – Alexandre de Moraes. “As mudanças certamente virão, daí porque colocou a Suprema Corte em uma situação suscetível”, afirma.

Já o advogado Leonardo Pinheiro, professor de direito administrativo e constitucional, eventuais transformações são mais do que necessárias porque a apreensão está presente no país. “Não há como não ter medo de tudo que está vindo à tona, porque subverte a ordem democrática. Infelizmente, a impressão que se tem é que o ambiente golpista não estava tão distante quanto se imaginava.”

O advogado Francisco Zardo destacou ser necessário distinguir os processos em curso: há pedidos de indiciamentos; denúncias de quebra da ordem democrática, com ameaça de golpe de Estado; e servidores públicos militares e civis envolvidos.

Ele reiterou haver medidas previstas para punir os eventuais condenados, indo além das penas. Aqueles que estão na ativa podem sofrer processos disciplinares e afastados das atividades profissionais, podendo ter suspensas as remunerações. Os que estão na reserva ou aposentados podem perder aposentadorias e pensões. “As instâncias são independentes, mas devem guardar coerência entre elas”, afirmou Zardo, referindo-se à autonomia das investigações, mas, ao mesmo tempo, à conexão entre elas.

Igo Bione



O relatório impacta a imagem das Forças Armadas, com integrantes envolvidos na trama golpista

Reuniões com cúpula militar

As investigações da Polícia Federal, concentradas no inquérito entregue, ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF), concluíram que o planejamento da ruptura democrática teve reuniões com a cúpula das Forças Armadas, produziu rascunhos de minutos golpistas, planilha com detalhes da ação e esboço de um “gabinete de crise” que seria instalado após o envenenamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a “eliminação” do ministro

Alexandre de Moraes por meio de artefato explosivo.

A PF indiciou todos os integrantes de um grupo que havia sido batizado, ao longo do inquérito, como Núcleo de Oficiais de Alta Patente — militares que, “utilizando-se da alta patente que detinham, agiram para influenciar e incitar apoio aos demais núcleos de atuação por meio do endosso de ações e medidas a serem adotadas para consumação do golpe de Estado”

(leia reportagem na página 4).

O relatório das operações Tempus Veritatis e Contragolpe deve ser encaminhado à Procuradoria-Geral da República (PGR) na próxima semana. Nos outros casos em que o ex-presidente Jair Bolsonaro já havia sido indiciado, houve ocasiões em que o PGR, Paulo Gonet, pediu diligências complementares, informações adicionais e a íntegra de informações coletadas em operações.

Deu no...

The New York Times

O jornal americano noticiou que “as acusações aumentam drasticamente os problemas legais de Bolsonaro e destacam a extensão do que as autoridades chamaram de uma tentativa organizada de subverter a democracia do Brasil”. O diário lembrou que mais de um ano antes das eleições de 2022, “Bolsonaro começou a semear em alto e bom som dúvidas infundadas sobre a segurança das urnas eletrônicas do país, alertando que ele poderia ser derrotado apenas se elas fossem fraudadas a favor de seu oponente”.

EL PAÍS

O diário espanhol noticiou que, “ao longo do seu mandato, Bolsonaro abraçou um discurso que flertava repetidamente com a ameaça de ruptura democrática”. Na reportagem sobre o indiciamento, o jornal também lembrou que Bolsonaro “chegou a proclamar que desobedeceria ao juiz do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, além de insultá-lo, e, em outubro de 2023, recusou-se a reconhecer a vitória eleitoral de Lula”.

Le Monde

O jornal francês noticiou o caso, incluindo o pronunciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro em sua conta no X, tendo como alvo o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. “Jair Bolsonaro acusou o juiz de agir fora ‘da lei’”. O juiz Alexandre de Moraes “faz tudo o que a lei não manda”, escreveu o ex-presidente no X.

CNN

A rede americana publicou a notícia destacando que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venceu as eleições de 2022 “por pouco” e que, em seguida, “os apoiadores de Bolsonaro rejeitaram os resultados e revoltaram-se na capital, Brasília, invadindo prédios do governo em 8 de janeiro de 2023”.

ALJAZEERA

Os atos golpistas de 2023 também foram lembrados pela rede árabe, que publicou a notícia sobre o indiciamento de Bolsonaro dizendo ainda que seus apoiadores ficaram “irritados” com o resultado das eleições.

The Guardian

O jornal britânico publicou uma reportagem mencionando o atentado a bomba ocorrido na semana passada, em Brasília. “Lula está no poder, mas a ameaça de direita radical à sua administração permanece”, frisou o diário. A publicação também citou os demais indiciados. “A lista contém um nome não brasileiro: o de Fernando Cerimedo, um guru argentino de marketing digital que foi responsável pelas comunicações do presidente da Argentina, Javier Milei, durante a campanha presidencial de 2023 do país. Cerimedo, que mora em Buenos Aires, é próximo de Bolsonaro e seus filhos políticos.”

Com informações da BBC